

EAAD'25

# Pedro Bandeira

OPÚSCULO 5



DEPOIMENTO

# Pedro Bandeira

EAAD'25

Contributos para a história dos primeiros  
25 anos da Escola de Arquitetura,  
Arte e Design da Universidade do Minho

SETEMBRO 2025



## Presidência 2018-2021 (do que a memória quis reter)

Pouco dado a memórias, confesso algo penoso este exercício de olhar para os anos em que, com o João Cabeleira, a Marta Labastida e o secretariado da Carolina Leite, assumimos a presidência da então denominada Escola de Arquitetura da Universidade do Minho. Acresce a este pesar o facto de nunca ter dado especial atenção ao cargo de Presidente. Não quero com isto afirmar que não reconheça a sua importância, quero apenas ressaltar que, nunca me senti previamente motivado para o assumir, e muitas dúvidas tinha relativamente às minhas capacidades no âmbito da gestão administrativa. Herdeiro de uma certa contracultura, procurei sempre esquivar-me a qualquer exercício de poder, como quem adia a inevitável progressão na carreira e consequente aumento de responsabilidade. Serve este preâmbulo para explicar que, de facto, não me candidatei a Presidente de Escola, fui conduzido pela seguinte circunstância: em 2018 o Professor Paulo Cruz, o único professor elegível para o cargo de Presidente da EAAD (por ser catedrático), integrava a equipa reitoral, levando o Sr. Reitor da Universidade do Minho a considerar “a título excecional” (embora já tivesse acontecido) a eleição de um professor associado para presidente da EAUM. Acabei eleito pelo Conselho de Escola tendo em consideração que os outros professores associados já tinham sido presidentes.

Se a imagem que tinha inicialmente do cargo de presidente estava vinculada a uma concentração de poder

— depressa compreendi que esta é uma imagem absolutamente ilusória numa universidade assente em princípios de gestão democrática e participada com uma multiplicidade de órgãos colegiais, mas também uma regulamentação pesada e condicionantes orçamentais que remetem às competências do cargo a uma condição praticamente representativa. Como explicava Guy Debord, o que caracterizou a transição de ditaduras para democracias foi o facto de o poder deixar de estar concentrado para estar disperso na *Sociedade do Espetáculo*, ao ponto de, quando as coisas correm mal, a culpa é simplesmente do “sistema”, uma situação que, ironicamente, me confortou relativamente ao receio que tinha em assumir o cargo.

A evidência representacional do poder exprime-se, nostalgicamente, nas cerimónias que ainda vão caracterizando o dia da Universidade, os dias das unidades orgânicas, as tomadas de posse de órgãos, de presidentes, com ou sem traje, mas sempre com discursos iniciados por infindáveis cumprimentos hierarquizados (deixando sempre para último os estudantes — raramente presentes nestes momentos).

Quando assumimos a presidência em 2018 optámos por suspender a comemoração oficial do aniversário da EAAD (seria o 22.º aniversário), remetendo a cerimónia apenas para os anos redondos (25.º aniversário, 30.º, 35.º... sendo que o 25.º aniversário já seria comemorado para lá do nosso mandato). Como alternativa propusemos um “não-aniversário” comemorado em novembro. Foi um “não-acontecimento, que procurava celebrar o quotidiano, o quotidiano das aulas, do ensino e da aprendizagem, o quotidiano do projeto, do desenho como metodologia que permite transformar o conhecimento teórico numa prática presciente, do devir. Procurámos dignificar aquilo que a rotina tende a tornar invisível no dia-a-dia da Escola e os nossos estudantes responderam com a interpretação notável da música “4 minutos e 33 segundos de silêncio” que John Cage compôs em 1952.

Ironicamente, pouco depois, impôs-se a crise pandémica da COVID-19, suspendendo a rotina e inibindo, até ao final do nosso mandato, qualquer cerimónia de carácter coletivo.

Em 2019 e depois de verificarmos que as jovens árvores plantadas em vasos dispostos em frente à EAAD estavam a morrer por falta de espaço para crescimento das raízes, decidimos replantá-las no jardim. Um gesto simples, mas otimista relativamente ao futuro e que foi acompanhado do seguinte convite à universidade: “A Escola de Arquitetura tem a honra de convidar a comunidade académica para a inauguração a ocorrer daqui a 15 anos, no dia 21 de Novembro de 2034, às 15 horas, do Projeto Clareira — que irá resultar do conjunto de árvores plantadas ontem no seu jardim. Posteriormente à inauguração será servido um verde de honra. R.S.F.F. até 20.II.2034.”

Vários assuntos marcaram a agenda da presidência de 2018-2021, destacamos a resposta à pandemia, a alteração da designação da Escola e a atenção dada às questões da sustentabilidade e tecnologia. Olhando para trás, torna-se evidente que a Universidade do Minho, no seu conjunto, respondeu de forma muito competente à pandemia, demonstrando uma capacidade em lidar com variadíssimas questões, sempre imprevisíveis. Não menos importante, Paulo Cruz, na altura Pró-Reitor da Universidade do Minho e Presidente da Comissão COVID-19 da UM, teve a capacidade de transmitir uma imagem de controlo e serenidade, essencial para restabelecer o quotidiano possível na Universidade — uma “normalidade condicionada”. Em termos da EAAD a grande questão que se colocou foi decorrente da imposição, ainda que compreensível, de aulas à distância. Era importante manter aulas em funcionamento, manter o contato com os alunos, mas todos sabíamos que a distância iria pôr em causa todo um ensino de arquitetura, arte ou design, estruturado em UC nucleares de práticas de projeto, laboratoriais, em cuja proximidade e continuidade é essencial aos métodos pedagógicos. De um dia para

o outro, tivemos que nos adaptar, procurando desenhar sobre as propostas dos alunos apresentadas num ecrã sem escala, com uma caneta virtual que dificilmente respondia com destreza à manualidade do gesto. Mas este foi também o momento que deu visibilidade a um conjunto de problemas que expunham a precariedade de muitos dos nossos alunos (condições de habitabilidade, o acesso a material informático ou até à internet). Estou convencido que os nossos docentes fizeram tudo para minimizar o impacto de todos estes problemas. Ninguém poderia ficar para trás.

O regresso às aulas presenciais foi para a grande maioria dos docentes da EAAD um alívio, contrariando alguns docentes de várias escolas que viram na mediação digital uma oportunidade para explorar outras metodologias de ensino. É possível que uma certa ansiedade coletiva tenha contribuído para essa vontade de distância que a Reitoria se apressou a contrariar e bem, lembrando que a Universidade do Minho tem como princípio base o ensino presencial, em que a frequência do aluno é simultaneamente um dever e um direito. A aprendizagem não se esgota na dicotomia professor/aluno, é também um espaço de partilha coletiva entre alunos, que evoluem de forma mais consciente havendo massa crítica. Além disso, sabemos que a comunicação é algo mais do que oralidade, é também a expressão corporal que dificilmente se expressa por meio de um ecrã. Por outro lado, o sentido de proximidade tem também expressão quando consideramos que a grande maioria dos alunos da UM tem proveniência na região norte. Abdicar desse sentido de proximidade, de comunidade e pertença, seria dizer que fazer o curso na UM ou noutro sítio qualquer seria indiferente quando sabemos que não o é. Cada vez mais o ensino, mas também a investigação, devem estar comprometidos com as questões que estão ao nosso alcance procurar resolver. Num mundo tomado por uma globalização agressiva, castradora, a atenção ao local e ao diálogo com a sociedade tornam-se imprescindíveis.

Pelo menos desde 2007 que foi declarada pela Escola de Arquitetura da UM a intenção de alterar a sua designação de modo a incluir a sua oferta educativa na área do Design do Produto e das Artes. Depois de uma designação inicial de Departamento Autónomo de Arquitetura da UM, reivindicar a designação de Escola de Arquitetura, Arte e Design foi tudo menos pacífico e, na realidade, implicou muita negociação. A presidência anterior, de Maria Manuel Oliveira, já o tinha tentado, mas a proposta foi desconsiderada por não haver unanimidade da decisão ao nível do Conselho de Presidentes, o que impedia o assunto de subir ao Conselho Geral da Universidade (órgão decisor). A ausência de unanimidade devia-se ao receio do Instituto de Letras e Ciências Humanas que a Escola de Arquitetura, ao passar a contemplar artes na sua designação, viesse a reivindicar todo o ensino nessa área, por isso opuseram-se à nossa pretensão.

Quando assumimos a presidência, a alteração de designação da Escola passou a ser a nossa prioridade, reiniciando desde logo contatos informais com a Presidência do ILCH. O primeiro passo foi esclarecer o que diferencia a oferta de ensino entre as duas escolas. O ILCH tinha a oferta da licenciatura de Música e de Teatro ao passo que Arquitetura estava apenas focada nas Artes Visuais. Depois de muita negociação chegou-se finalmente a um acordo entre Escolas, em que ambas alterariam a sua designação. Essa intenção não foi ainda suficiente para tomar uma decisão devido à inércia gerada pela burocracia que rege as instituições públicas. Sem entrar em detalhes, esperámos mais de um ano para que houvesse uma oportunidade para avançar com a nossa pretensão. Na altura a UM andava em corrida acelerada para alterar os seus próprios estatutos e essa alteração dependia do aval de cada Escola. Esse aval, que teve de passar pelo Conselho de Escola, foi estrategicamente assinado com a designação que desejávamos: Escola de Arquitetura, Arte e Design. O gabinete jurídico da reitoria informou-nos que não poderia ser, mas nós não cedemos. Ou seja, ou a nossa proposta de designação era

aceite para discussão ou o processo de revisão dos Estatutos da UM simplesmente não avançava. Foi assim que o assunto, depois de passar por mais um sem número de órgãos da UM e respetivos pareceres, subiu finalmente, no dia 27 de janeiro de 2020, ao Conselho de Geral da UM.

Este foi o argumento usado pela nossa presidência no Conselho Geral: “Dirijo-me a este órgão na expectativa de ver finalmente aprovada a alteração da designação da nossa escola para Escola de Arquitetura, Arte e Design. Digo “finalmente” porque esta é uma ambição com longa data expressa na nossa Missão (2007) e que adquiriu maior legitimidade a partir do momento que se tornou reivindicação formalizada pelos alunos de Design de Produto e Artes Visuais. Sem vos querer maçar com detalhes relativos a datas, informo que a proposta hoje aqui presente de alteração da designação de escola foi inicialmente aprovada em Conselho de Escola; posteriormente teve parecer favorável no Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas; foi também aprovada em Comissão Científica do Senado Académico; e ainda aprovada por uma maioria expressiva do Plenário do Senado Académico (não posso deixar de referir que só não teve unanimidade neste órgão por 1 voto entre 44). Tendo em consideração o percurso feito até aqui, com a auscultação dos diferentes órgãos da Universidade do Minho, é também com esperança que me dirijo aos membros deste Conselho Geral apelando a que aprovem a nova designação de Escola de Arquitetura, Arte e Design. Mas permitam-me ainda, antes da vossa votação, estruturar uma síntese dos argumentos que sustentaram o consenso até agora alcançado. Desde que a nossa escola acolheu a Licenciatura de Design de Produto e mais recentemente a Licenciatura em Artes Visuais, a designação Escola de Arquitetura deixou de expressar uma identidade comum, em parte, porque não reflete o reconhecimento científico e autónomo da área das Artes e do Design, deixando também os alunos numa situação desconfortável no que refere ao reconhecimento espontâneo de currículos e diplomas.

Sabemos que o ensino da Arquitetura, Arte e Design, têm uma longa tradição de coexistência, partilhando metodologias associadas ao desenho e projeto, tradição essa que nos remete ao tempo das escolas de Belas Artes. A designação que agora propomos dá visibilidade a essa herança de coexistência disciplinar, sem ignorar a especificidade científica de cada área do conhecimento, exprimindo e dignificando um sentido de interdisciplinaridade que temos trabalhado e continuaremos a trabalhar nas necessárias revisões dos planos curriculares. Acredito que o consenso alcançado resulta ainda da decisão por incluir na nova designação da escola o termo Arte (no singular) e não Artes (no plural), resultado de uma reflexão conjunta com o Instituto de Letras e Ciências Humanas e que procura uma diferenciação léxico-semântica entre as artes visuais e as artes performativas (como o Teatro ou a Música, cursos oferecidos pelo ILCH). Até ao momento a palavra Arte ou Artes não existe em nenhuma designação das 12 unidades orgânicas da nossa Universidade. O que agora propomos fazer, em estreita articulação com o ILCH, é comunicar externamente a diversidade da oferta educativa da Universidade do Minho, assumida no seu Plano de Ação 2017/21, como uma “universidade completa”. Não querendo exceder o tempo que me foi concedido, quero apenas acrescentar que a designação proposta, exprime ainda a vontade de, simbolicamente, aproximar três edifícios dispersos entre Azurém e Couros — o mais recente campus desta Universidade que justificará a nossa melhor atenção no que refere ao serviço de apoio prestado aos alunos. Por tudo isto, esperamos que a proposta de designação de Escola de Arquitetura, Arte e Design, se afirme como representação de uma coesão construída a partir de uma saudável diversidade.”

Ironicamente, depois de aprovada a designação, foi com alguma surpresa e frustração que a renovação do edifício da Garagem Avenida (destinado a acolher a Licenciatura em Artes Visuais no Campo de Couros) tivesse inscrito no seu alçado a designação de “Escola das Artes Visuais”,

resultado de uma falha de comunicação, que passou despercebida à Universidade, porque o proprietário do edifício e promotor da obra foi a Câmara Municipal de Guimarães — instituição com a qual sempre mantivemos e mantemos uma excelente relação e à qual somos profundamente gratos.

No sentido de reforçar a identidade da Escola de Arquitetura, Arte e Design foi pedido ao designer Francisco Providência o desenho de logotipo para a EAAD seguindo os princípios gráficos do logotipo da UM, que assenta na flor de jacinto, também presente no seu brasão enquanto símbolo da humildade do trabalho científico (“uma flor composta por inúmeras flores, facto que permite aludir ao trabalho coletivo”). As três pétalas do nosso jacinto representam a Arquitetura, a Arte e o Design. Pensou-se também que o logo da EAAD poderia contemplar uma certa dinâmica manifestando solidariedade para com algumas causas. Em 2021, e durante duas semanas, o logo da EAAD adotou as cores arco-íris lembrando a particular discriminação a que está sujeita a comunidade LGBTQI+ na Hungria. Hoje poderia adotar as cores da bandeira da Palestina ou da Ucrânia como poderia ter adotado as cores da bandeira de Israel no dia em que os seus cidadãos foram alvo do ataque terrorista e sequestro do Hamas. Apesar da EAAD privilegiar a relação de proximidade com a sua comunidade não deverá esquecer que tudo está ligado.

Em 2021, a presidência da EAAD com o apoio do Conselho Diretivo, decidiu subscrever o Compromisso da EAAE (European Association for Architectural Education) para a crise climática e um futuro sustentável apesar de não termos participado na primeira cimeira dos reitores da EAAE em Oslo. “Comprometemo-nos a agir em conjunto para enfrentar os desafios globais das alterações climáticas, do declínio ambiental e a trabalhar em prol de um futuro sustentável. Reconhecemos a crise climática como a questão mais significativa das nossas vidas e a nossa responsabilidade institucional de promover condições que apoiem a qualidade de vida e a dignidade das gerações futuras e

do nosso planeta. Prometemos incorporar as preocupações atuais em valores comuns e escolher as medidas certas para alinhar os nossos currículos e investigação para enfrentar estes problemas complexos com a urgência, liderança e destaque que exigem, visando assim a construção de um quadro de referência europeu comum. Reconhecemos a igualdade e a diversidade nas nossas comunidades como fatores significativos para o bem e continuaremos a envolver-nos em práticas éticas e sustentáveis de design e construção que respeitem as diversas raízes culturais e tradições das nossas instituições, comprometendo-nos a comunicar, partilhar e promover as melhores práticas identificadas. Comprometemo-nos a documentar e divulgar o progresso que fizermos, a envolver-nos em processos contínuos de reflexão e a colaborar com todas as partes interessadas para garantir um impacto imediato e sustentado para o bem nos próximos 12 meses.”

Sabíamos que este era um gesto simbólico cujo impacto seria seguramente questionável, não que a Universidade e a Escola não estivessem já a trabalhar no sentido de uma maior sustentabilidade. A questão difícil de mensurar é relativa à formação do aluno. Esta reflexão ultrapassa claramente a oferta ao nível do plano pedagógico (e onde já existem UCS de sustentabilidade ou ambiente) é uma questão é de carácter mais holístico, isto é, de formação ética, no cuidado com o ambiente e cuidado com os outros (incluindo as gerações seguintes). Penso que temos introduzido este ponto de vista no quotidiano das várias disciplinas, mas será suficiente? Uma coisa é certa, continuo, com pesar, a olhar para a quantidade de materiais usados anualmente em maquetas, não reutilizáveis ou recicláveis, no âmbito dos exercícios pedagógicos. Poderá não ter grande impacto ambiental, mas esta é, igualmente, uma questão simbólica para toda a comunidade académica. Continuamos muito presos aos poliestirenos e seus derivados e às maquetas de apresentação final em vez de privilegiar maquetas de trabalho processual e materiais mais versáteis.

Foi com base neste compromisso que decidi desenvolver (durante a licença a que tive direito, para atualização de conhecimento após os três anos de presidência), a minha prova de agregação sob o título: “Os princípios da ecologia não serão o fim da arquitetura (uma visão necessariamente holística e objetivamente superficial)”, o que implicou estudar, rever bibliografias e pensar em novas metodologias de ensino.”

Paralelamente à questão da sustentabilidade, impôs-se a problemática da tecnologia aplicada à arquitetura, arte e design. Na prática, é impossível dissociar a sustentabilidade da tecnologia, dado que estão profundamente interligadas, nos seus potenciais benefícios, mas também nas suas consequências adversas. Apesar das narrativas promissoras, a transição digital (e agora a IA) tem falhado em reduzir o consumo de recursos e, paradoxalmente, tem contribuído para um crescente consumo energético, contrariando muitos dos seus pressupostos, já para não falar da consequente iniquidade social a nível planetário. Por tudo isto, seria impensável que a EAAD não estivesse disponível também para pensar este assunto, sem abdicar de um sentido crítico, propondo projetos que cruzem a inevitável transição digital com processos de design e modelagem computacional, fabricação digital, impressão 3D, automatização ou IA. Reconhecendo a importância desta área de investigação, a presidência decidiu reformular o projeto herdado da presidência anterior (que previa apenas a pavimentação de espaço exterior coberto no R/C sul da EAAD) para lá edificar o Espaço Arena (proposto por Bruno Figueiredo e Paulo Cruz). É neste espaço laboratorial que estão instalados vários braços robóticos e outros equipamentos que nos permitem ampliar o laboratório do curso de Design de Produto e robustecer a investigação, procurando acompanhar outras escolas a nível mundial. Perante orçamentos escassos e muita burocracia para a aquisição do que quer que seja, o Espaço Arena retribui o esforço dos docentes e investigadores que não se demitem de procurar financiamento alternativo ao

orçamento de Estado ou à FCT, estabelecendo estratégias de internacionalização e parcerias com empresas privadas ou outras entidades, de modo a fomentar o diálogo necessário entre a inovação e a indústria.

O financiamento das Escolas é um assunto presente em qualquer presidência, devendo saber-se logo à partida que o ensino de qualidade, acessível, não dá lucro e depende de vários fatores: orçamento de Estado, valor de propinas e financiamento com base em investigação, que, generosamente se vê forçada a contribuir com overheads no valor de um quarto das suas receitas (mais coisa menos coisa). Haverá escolas e cursos mais sustentáveis que outros, sendo que a Escola de Arquitetura, Arte e Design sempre deu “prejuízo”. Esta questão começou a ser levantada no Conselho de Presidentes em nome da transparência na gestão de recursos. Não sendo uma questão pacífica, e simplificando a complexidade da coisa, a regra dita que o financiamento das Universidades e consequentemente das Escolas depende do número de alunos, tendo vantagem os cursos cujo rácio professor aluno é maior. O que acontece com o ensino artístico, de design ou arquitetura é que tem uma forte componente laboratorial, implicando nas cadeiras de projeto um acompanhamento individual dos trabalhos. Isso custa dinheiro. Na primeira vez que fomos confrontados com os números negativos da EAAD decidimos adotar uma estratégia desavergonhada: “damos prejuízo hoje e vamos dar mais no futuro, é esse o preço que a UM terá de pagar se quer ter uma oferta educativa completa”. Hoje parece-me óbvio que o Sr. Reitor, o Dr. Rui Vieira de Castro, sabia-o, aceitava-o, e só não o expressava abertamente para não correr o risco de ser mal-entendido.

Num outro Conselho de Presidentes fomos confrontados com o facto de a avaliação dos nossos docentes (RAAD — Relatório Anual de Atividade e Desempenho) ter como resultado uma taxa de “excelência” de 100%. Éramos, e ainda penso que somos, todos “excelentes”. A realidade é que os parâmetros de avaliação do regulamento interno

de avaliação de desempenho dos docentes da EAAD são tão elementares que praticamente se atinge um bom patamar de avaliação cumprindo apenas a distribuição de serviço docente. Esta questão tem levantado sucessivas discussões, mais ou menos informais, no âmbito do Conselho Científico. Uns pensam que para o RAAD ser credível (está em causa a imagem pública dos docentes que são bastante mais exigentes com os seus alunos) este deveria ser mais rigoroso (impondo-se, por exemplo, quotas para o número de “excelentes” a atribuir por número de docentes — situação que existe na avaliação de funcionários e que se torna injusta em casos como a EAAD em que o reduzido número de funcionários existente não permite a atribuição de “excelentes”). Há também quem pense, e provavelmente com razão, que a aplicação do RAAD não cumpre tudo o que está previsto na lei, começando por coisas tão simples como o anúncio atempado de objetivos a cumprir. Há quem pense que o RAAD é apenas um mecanismo criado para contrariar a progressão na carreira e com isso poupar dinheiro ao Estado. Há quem pense que o RAAD existe apenas para se poder dizer que existe, facilitando os processos de certificação de cursos e avaliação de universidades. Há quem denuncie o RAAD como um instrumento de avaliação quantitativa e não qualitativa, que apenas promove a ideia de que fazer carreira é publicar artigos, uns atrás dos outros. Isto torna-se tão evidente que é recorrentemente noticiado o recorde de artigos que determinado investigador publicou num ano, sem que se perceba o real impacto do seu trabalho. A competição quantitativa é exacerbada pela presença mediática dos *rankings* de avaliação de Escolas ou Universidades que pouco ou nada diz sobre um largo conjunto de questões relevantes para as universidades enquanto instituições públicas e o seu contexto específico. Não só o tema é complexo e pouco dado a consensos, como também qualquer alteração que seja feita ao regulamento implica alterar os algoritmos da plataforma de submissão de dados, o que torna o processo algo obscuro e dependente de terceiros (técnicos informáticos).

Na reunião do Conselho de Presidentes, confrontado com o facto de, na EAAD, sermos todos “excelentes”, limitei-me a comentar: “considerando a desvalorização da carreira, o acréscimo de trabalho, as condicionantes orçamentais, as burocracias a que estamos sujeitos, a intransigência das plataformas informáticas (“computer says no!”)... Provavelmente somos «excelentes», mesmo não o sendo.”

Outra questão colocada na altura foi o envelhecimento do corpo docente na Universidade do Minho, sendo a média de idades dos professores superior a 50 anos e o acentuado desequilíbrio de género em alguns cursos. Ainda hoje o corpo docente do curso de arquitetura é maioritariamente constituído por homens (mais do dobro das mulheres), mas no curso de Artes Visuais a situação inverte-se. Hoje a maioria dos nossos estudantes são do sexo feminino prevendo-se que isso que venha a repercutir-se num futuro corpo docente. Curiosamente, os órgãos internos da EAAD são bastante equilibrados em termos de género, mas infelizmente incapazes de inverter o envelhecimento a que todos estamos sujeitos. Estas questões foram também preocupação da nossa presidência, procurando respostas capazes de contrariar as evidências. Uma das soluções defendidas foi a de usar a percentagem que temos de convidados, seleccionando-os com critérios que permitissem rejuvenescer o corpo docente procurando, simultaneamente, um maior equilíbrio de género. Não se tratava de contratar cegamente pessoas apenas porque são jovens ou mulheres, mas de lhes dar prioridade perante currículos equiparados e adequados às cadeiras a lecionar. A proposta foi bem acolhida pelo Conselho Científico, pelo menos em teoria, mas na prática as muitas exceções à mudança (em prol da estabilidade de equipas) acabaram por reduzir o efeito pretendido.

Não será difícil imaginar que o exercício da presidência não se esgota nos temas abordados, estes foram os que a minha memória quis preservar. Outros tantos assuntos ou problemas simplesmente deixaram de o ser, porque se resolveram ou porque o tempo fez com que perdessem o

sentido, sendo isso uma das coisas que retive e que se poderia aplicar no caso deste texto — não existindo, ninguém daria pela sua ausência.

Hoje, existem na EAAD, dois catedráticos elegíveis para o cargo de Presidente, o que tendo em consideração a escala da EAAD é bom. É de destacar que existe também um conjunto de outras pessoas, todas mais jovens do que eu, que deram já provas em outros órgãos de gestão, de ter competência para assegurar a equipa da presidência da Escola. Isto leva-me a pensar, sem qualquer nostalgia, que dificilmente voltarei a assumir o cargo. O afastamento de cargos de gestão possibilita uma maior atenção naquilo que acredito continuar a ser a essência da universidade — o ensino e a investigação. Seguramente que outros pensam exatamente o mesmo e é por isso que muito respeito quem, em função das circunstâncias, mas também por sentido de missão, se vê impelido a ocupar um qualquer cargo de gestão. A todos sem exceção, desejo-lhes perseverança.



O depoimento de  
Pedro Bandeira, escrito  
em 4 de setembro de  
2025, foi composto  
pela Design by oof  
em caracteres Plantin  
12/14, em outubro de  
2025. Este opúsculo  
foi impresso em  
risografia pelo Studio  
Arco Ignis, em papel  
Arena Ivory Rough  
120g e capa em 250g,  
numa tiragem de  
150 exemplares.







EAAD'25  
Depoimento de  
Pedro Bandeira

Coordenação  
Paulo Cruz

Edição  
Escola de Arquitetura,  
Arte e Design  
Universidade  
do Minho

Design editorial  
Design by oor

Tipo de letra  
Plantin 12/14

Impressão risográfica  
Studio Arco Ignis

Papel  
Arena Ivory Rough  
120g (capa em 250g)

Tiragem  
150 exemplares

ISBN  
978-989-35942-1-6

Guimarães,  
outubro 2025



Universidade do Minho  
Escola de Arquitetura, Arte e Design

